

# Policy Brief

## Transformações Políticas e Urbanização na Índia: possibilidades e desafios



Outubro de 2011

Núcleo de Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade

BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisa BRICS



# Policy Brief

## Transformações Políticas e Urbanização na Índia: possibilidades e desafios



Outubro de 2011

Núcleo de Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade

BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisa BRICS



Autor: Natália Maria Félix de Souza  
e Pedro Cunha Bocayuva

# Transformações Políticas e Urbanização na Índia: possibilidades e desafios

## Sumário Executivo

O período entre 1989-1992 assistiu a uma forte inflexão nas políticas indianas, tanto interna quanto externamente. Novos atores, espaços e questões contribuem, nesse momento, para uma verdadeira redefinição do âmbito da política e dos novos imperativos que se colocam para a prática. Não acidentalmente, o chamado processo de urbanização da Índia ganha força nesse cenário – contribuindo para suas novas dinâmicas ao mesmo tempo em que sendo por elas fortemente influenciado.

Este *policy brief* debruça-se precisamente sobre esse significativo momento da política indiana, a fim de:

a) explorar algumas das principais dinâmicas políticas colocadas em movimento com a liberalização e urbanização da Índia nos anos 1990, buscando, a partir delas, b) apontar os limites das atuais políticas indianas com relação ao urbano, que podem representar um verdadeiro choque à continuação de seu desenvolvimento.

A partir disso, exploram-se três eixos em torno dos quais a política democrática se articula na Índia após 1989: i) a ascensão da direita hindu; ii) a ascensão dos partidos e movimentos das castas inferiores; e iii) as políticas de desenvolvimento colocadas em prática pelo Estado pós-independência. reposicionamento e uma forte inserção no contexto internacional<sup>1</sup>. Um novo consenso político se consolida, diferente daquele do período nehruviano – marcado por um governo amplamente secular; por uma visão econômica autocentrada, voltada para a industrialização por substituição de importações; e por uma política de não-

## 1. Introdução

O período entre 1989-1992 marca uma inflexão definitiva na política indiana, a partir da qual se torna possível pensar em uma “Índia global”, cuja abertura política e econômica garante um

alinhamento e afastamento diante das questões militares, com um viés anti-imperialista, em especial com relação aos EUA. A Índia abre-se para políticas de liberalização econômica, para a entrada do capital internacional, seguindo o exemplo de seus vizinhos asiáticos e de países como Brasil<sup>2</sup>. Esse processo marca a mais significativa mudança da política indiana desde sua independência. (Menon e Nigam, 2007; Kajirav, 2010b)

Associada às transformações assistidas ao final da Guerra Fria e com a queda da União Soviética<sup>3</sup>, toda uma série de variáveis internas foram decisivas para que tais transformações pudessem ocorrer: o declínio definitivo do consenso nehruviano, que ocorre com o final da dominação quase ininterrupta da política indiana pelo Partido do Congresso Nacional<sup>4</sup>, sinalizando o início de uma política de coalizão na Índia; a decisão do governo da Frente Nacional<sup>5</sup> de implantar as recomendações estabelecidas no Relatório da Comissão Mandal<sup>6</sup>, assegurando o exercício de políticas de ação afirmativa pelas castas inferiores (*Other Backward Castes* – OBC); a consolidação de diversos partidos das OBCs; o início de um programa de ajuste estrutural sob os auspícios do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional; a ascensão do partido hinduísta BJP (Bharatiya Janata Party)

como um dos principais contestantes para o governo central (que marca o início de forte violência sectária após a demolição da mesquita Babri Masjid, em 1992); e, finalmente, a explosão midiática na Índia (Menon e Nigam, 2007). Esses elementos, gestados ao longo de toda a década de 1980, e associados às grandes transições no cenário internacional naquele momento, contribuíram para que a Índia entrasse em um novo momento histórico, que perdura e justifica em grande medida sua enorme ascensão internacional contemporânea.

Este cenário impulsionou um rápido e profundo processo de urbanização na Índia a partir de 1990, que marcou o aparecimento de novos atores no jogo político, trazendo diferentes demandas para serem negociadas. Assim, ainda que a Índia seja, até os dias de hoje, um país majoritariamente rural, suas dinâmicas políticas não podem ser compreendidas sem uma análise cuidadosa desse crescente espaço urbano<sup>7</sup>, com as novas e contraditórias subjetividades e demandas que ele produz. Dessa forma, este *policy brief* busca: a) explorar algumas das principais dinâmicas políticas colocadas em movimento com a liberalização e urbanização da Índia nos anos 1990, buscando, a partir delas, b) apontar os limites das atuais políticas indianas com relação ao

urbano, que podem representar um verdadeiro choque à continuação de seu desenvolvimento.

## 2. Liberalização e urbanização na Índia

O amplo processo de liberalização econômica da Índia foi marcado por contradições. O novo governo da Frente Nacional não tinha maioria no governo central e dependia do apoio de outros partidos para aprovar suas políticas, em especial partidos de esquerda e das castas subalternas. No entanto, apesar de sua relativa fraqueza, a FN conseguiu implantar uma mudança política sem precedentes, o que pode ser entendido a partir de quatro elementos principais: uma nova classe de agricultores capitalistas havia emergido da Revolução Verde, nos anos 1960-1970, e mantinha boas expectativas com relação ao aprofundamento do processo de liberalização; a estrutura da economia global havia se alterado após a independência, e o temor de um controle neocolonial estava cada vez mais distante; a abertura dos países asiáticos dava sinais de crescimento jamais vistos em suas economias; o ideal de uma economia comunista caía em absoluto descrédito. (Kajirav, 2010b)

Com a governamentalização<sup>8</sup> da política e a inserção do conhecimento de mapas e números – processo iniciado pelos britânicos e aprimorado nas décadas seguintes à independência – os conflitos entre as diferentes religiões, etnias, castas e demais grupos sociais, que no período anterior ao imperialismo britânico se manifestavam somente no terreno do cotidiano, começam a assumir grandes escalas, alterando significativamente o imaginário político (Kaviraj, 2010a). Esses conflitos, por muito tempo suprimidos durante o governo do Congresso sob o imperativo da constituição do Estado independente e como forma de fazer frente a qualquer forma de neocolonialismo, foram liberados com o impulso democrático que tomou conta da Índia após os anos 1990. Nesse sentido, a estabilidade política proveniente da hegemonia eleitoral do Congresso, rompida após 1989, e a incapacidade de formação de nova hegemonia pelos outros partidos faz com que múltiplos anseios encontrem expressão democrática. A política, nesse momento, passa, então, a se pautar na capacidade dos diferentes grupos de mobilizar majorias (Kajirav, 2010b).

Assim, a política indiana após 1990 pode ser pensada a partir de três grandes eixos, em torno dos quais parte significativa dessa mobilização de

maiorias passa a se processar: i) a ascensão do movimento Hindutva e do BJP; ii) a emergência de partidos das castas inferiores, que trazem à tona no cenário político a problemática das castas, formalmente abolidas pela Constituição de 1949, em especial a partir das políticas de ação afirmativa; e iii) a acentuação da política de desenvolvimento do Estado independente, que se articula com a entrada das corporações internacionais.

## 2.1 Ascensão da direita hindu

A sociedade indiana é uma das mais plurais em termos religiosos: sua maioria é hinduísta, mas existe uma grande e antiga parcela que é muçulmana; há também uma grande comunidade *sikh*, concentrados ao norte do país; uma comunidade de *parsis* ao norte, especificamente em Mumbai; os budistas compõem uma outra parcela significativa, já que muitos *dalits* se converteram ao budismo como forma de se proteger do regime de castas; e há, ainda, duas comunidades muito antigas de judeus e cristãos. (Rodriguez, 2011). De acordo com Menon e Nigam (2007), há um significativo aumento na violência entre grupos religiosos na década de 1990, que pode ser diretamente relacionado à

ascensão do nacionalismo cultural hindu – o movimento *Hindutva*.

O *Hindutva* serve como filosofia política da direita hindu<sup>9</sup>, que clama “a Índia para os hinduístas”, pois entende o hinduísmo não somente enquanto uma religião, mas como o modo de vida indiano por excelência. Em sua busca por apoio e expansão, o movimento – que não se restringe à disputa política e eleitoral – possui um programa assimilacionista, que busca trazer os não hindus para o hinduísmo. Nesse sentido, há uma parte do movimento determinada a eliminar todas as outras religiões da Índia e que, nesse sentido, se compromete com o fim do sistema de castas, uma vez que ele enfraqueceria o programa do hinduísmo. Como parte desse programa de expansão, o *Hindutva* chega a afirmar que os povos tribais (“habitantes originais”) da Índia são também hindus, e tenta traçar uma política de inclusão das mulheres.

A ascensão do BJP, ainda que não esteja atrelada exclusivamente aos valores do Hindutva, todavia se beneficiou grandemente deste, uma vez que sua política assimilacionista tem alcançado grandes parcelas da sociedade. Nesse sentido, o BJP acaba entrando em alianças até mesmo com os movimentos dos *dalits* e os partidos OBCs, que, por sua vez, buscam na aliança uma forma de empoderamento

contra castas emergentes (que são, em muitas vilas, suas maiores opressoras). (Menon e Nigam, 2007)

## 2.2 Ascensão das castas inferiores

A emergência dessas castas subalternas se beneficia desse novo contexto da democracia indiana, marcado pelo fim da hegemonia eleitoral do Partido do Congresso, a partir do qual conseguem fazer alianças que permitem a negociação de suas demandas a partir de barganhas políticas. Não somente os partidos dessas castas subalternas conseguem alcançar espaço no jogo eleitoral, como diversos movimentos da sociedade política<sup>10</sup> passam a ser capazes de barganhar, utilizando-se precisamente dos mecanismos governamentais e democráticos. (Chatterjee, 2004; Menon e Nigam, 2007; Rodriguez, 2011)

Assim, formações políticas alternativas, tal qual a Frente Nacional, que assumiu o poder em 1989, foram constituídas principalmente por camponeses de castas baixas. A adoção das políticas de ação afirmativa naquele cenário deveu-se em grande medida ao peso político que esses novos atores alcançaram no jogo democrático; tais políticas representam uma forma de intervenção destas em busca de maior

poder e representação nas instituições públicas. Entretanto, essas mesmas políticas geram, ainda hoje, fortes protestos e muita violência, principalmente por parte das elites e classes altas, que se apoiam sobre uma linguagem de mérito e eficiência para rejeitar a “retomada” de um imaginário de castas (Menon e Nigam, 2007).

Com o debate a respeito das políticas de ação afirmativa, a questão da casta, abolida constitucionalmente desde 1949, encontra novo fôlego. Isso porque, se, por um lado, a definição de casta se torna imperativa para a distribuição dos benefícios, por outro, o processo de urbanização que surge paralelamente a tais transformações políticas torna cada vez mais difícil a identificação das castas<sup>11</sup>. Estas estão fortemente relacionadas às dinâmicas sociais, culturais e religiosas específicas das diferentes vilas, e não encontram correspondência no ambiente da cidade. Nesse espaço urbano, casta, classe e consumo se sobrepõem; novas castas são criadas e outras desaparecem. Há também grande mobilização por parte das tribos e comunidades indígenas, que buscam reconhecimento como forma de participarem desse jogo político e dos sistemas de ajuda social e ação afirmativa. Segundo Rodriguez (2011), “em uma sociedade na qual a

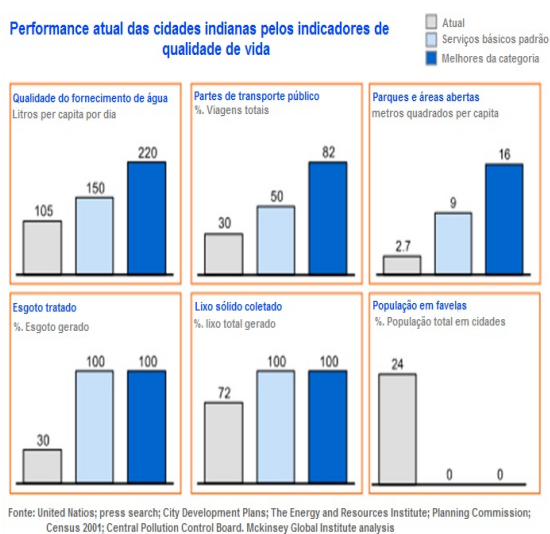


aprovação de recursos é muito importante, é essencial definir quem são os proprietários desses recursos. Tudo isso está em grande discussão na Índia”.

### 2.3 Políticas de desenvolvimento no Estado pós-colonial

A política de desenvolvimento promovida pelo Estado indiano é o terceiro eixo a partir do qual podemos estruturar as novas dinâmicas da política democrática da Índia. Iniciada já a partir da independência indiana, em 1947, as políticas de desenvolvimento são significativamente acentuadas pela liberalização e urbanização dos anos 1990, e são marcadas por sua *insustentabilidade*.

Gráfico 1:

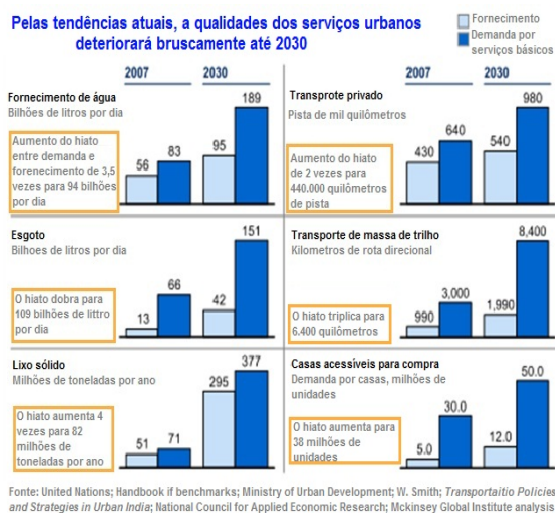


Dentre as principais causas desse baixo desempenho da Índia em relação

Apoiadas pelas elites indianas e pela mídia inglesa, tais políticas têm no desenvolvimento um objetivo bastante abstrato, mas que se traduz concretamente no benefício de alguns grupos em detrimento da maioria da população. De maneira geral, o aspecto mais alarmante desse *desenvolvimento insustentável* está em seu descaso com questões ambientais<sup>12</sup> (Menon e Nigam, 2007).

A insuficiência das políticas de desenvolvimento urbano implementadas pela Índia ficam evidentes a partir da análise dos gráficos abaixo, elaborados pelo McKinsey Global Institute para um Relatório sobre o “despertar urbano” da Índia, de abril de 2010:

Gráfico 2:



às políticas urbanas, o Relatório acentua a falta de investimento em



aspectos sociais significativos, como moradia, sustentabilidade ambiental e sistema de transporte. Nesse sentido, afirma: *“Urban India has attracted investment on the back of strong growth, but is failing many of its citizens. Across all major quality-of-life indicators, India’s cities fall well short of delivering even a basic standard of living for their residents”* (McKinsey Global Institute, 2010, p. 18).

De acordo com Menon e Nigam (2007), trata-se de um desenvolvimento voltado para a industrialização, e que incentiva, para tanto, a construção de grandes represas e projetos energéticos, a extração em larga escala dos recursos naturais, incluindo o urânio para energia nuclear. Desde a independência, cerca de 500,000 pessoas foram deslocadas a cada ano pelos Planos de Desenvolvimento Quinquenais estabelecidos pelos governos do Congresso. Os dramas sociais dessas políticas foram agudizados em 1990, quando o país voltou sua agricultura para o abastecimento dos mercados globais, ampliando o uso de pesticidas e fertilizantes (introduzidos durante a Revolução Verde) e levando os camponeses ao endividamento (Menon e Nigam, 2007).

Esse aceleramento do desenvolvimento é associado, nesse momento, à entrada das companhias

privadas em espaços antes reservados à iniciativa estatal. Isso traz à tona a questão da terra na Índia que, historicamente comunal, tornou-se foco de grandes disputas a partir dessa abertura ao capital transnacional. Segundo Rodriguez (2011), uma vez que “a terra passa a adquirir valor e a se tornar um símbolo de riqueza com o processo de globalização, ela começa a se converter também em instrumento econômico de negociação e de segregação”. No espaço urbano, em que a terra tem seu valor triplicado ou quadruplicado, as pessoas passam a exigir as escrituras de suas propriedades – algo que não existia antes. Assim, nas cidades indianas aparece a figura do *cidadão sem cidade*, sem condições de adquirir o território básico. A questão da definição da posse da terra confronta o Estado com toda uma gama de questões com as quais ele não havia antes se deparado (Rodriguez, 2011).

Segundo o Relatório do McKinsey Global Institute,

*Affordable housing has not been a key focus in the development plans of municipalities or the regional plans of metropolitan areas. Cities have not allocated land through their planning processes or zoning norms. Even when cities have allocated land for affordable housing, poor governance has too often meant that land or housing units have been diverted through high-income beneficiaries or for*

*commercial use.* (McKinsey Global Institute, 2010, p. 128-9)

Empresas privadas viriam a se beneficiar, nesse contexto, de diversas concessões por parte dos governos (a própria esquerda indiana, marcada por suas preocupações sociais, acabou favorecendo e ampliando esse processo desenvolvimentista): subsídios são oferecidos para ocuparem terras que são retiradas, pelo Estado, dos camponeses e grupos tribais. Ademais, são estabelecidas Zonas Econômicas Especiais, amplas áreas não-tarifadas, eximidas de obedecer leis trabalhistas e ambientais. Todo o aparato policial do Estado é mobilizado em defesa das empresas contra manifestações populares. (Menon e Nigam, 2007)

Para além do drama com relação à terra, que assola a população rural tanto quanto a urbana, a cidade surge, nos anos 1990, como espaço central de contestação: há uma crescente preocupação com o tráfego, a poluição, a saúde. No entanto, a resposta do Estado, apoiada por ambientalistas e pelo judiciário, tem sido profundamente contraditória. (Menon e Nigam, 2007). O paradigma da “cidade mundial” ordenada e compartimentada – do qual Déli é exemplar –, que recorre à infraestrutura de alta qualidade para contornar os dramas sociais e

ecológicos, todavia demonstrou não ser capaz de fazê-lo. Na busca pelo “embelezamento da cidade”, que marca o momento atual do desenvolvimento urbano indiano, a cidade de Déli confrontou-se com o despejo massivo de pessoas que, sem a posse das terras que ocupavam, foram removidas para os limites da cidade e destituídas de quaisquer direitos (até mesmo de livre circulação no espaço da “cidade mundial”). (Rodriguez, 2011)

O relatório do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP, 2009) afirma que o crescimento urbano na Índia tem sido acompanhado por um fenômeno de “urbanização da pobreza”, levando à redução da lacuna entre os níveis de pobreza entre as zonas urbanas e rurais (as últimas carregavam, anteriormente, a grande parcela do ônus da pobreza). O relatório aponta para uma taxa de 25% nos índices de pobreza urbana, o que corresponde a mais de 80 milhões de pessoas pobres morando nas pequenas e grandes cidades indianas. Problemas de moradia, água, saneamento, saúde, educação, segurança social e condições de vida são significativamente ampliados nesse espaço urbano, que passa a ser marcado pela superpopulação das favelas. Em condições ainda mais precárias que os moradores das favelas vivem os sem-

teto, cujo número total, em 2009, era de 7.078.599 pessoas (UNDP, 2009). Ainda segundo o relatório, homens, mulheres e crianças sem-teto em quatro cidades indianas afirmaram terem sido espancados pela polícia durante a noite e levados para longe de seus locais de abrigo temporário. (UNDP, 2009)

Tais políticas levam ao acirramento das contradições desse modelo de desenvolvimento, que podem levar ao seu esgotamento. Afinal, na cidade ordenada, as partes planejadas e autorizadas necessitam da presença não planejada de milhares de trabalhadores migrantes. (Rodriguez, 2011)

### 3. Conclusão

Como visto, toda uma série de reivindicações políticas ganham centralidade a partir dos anos 1990, oriundas, principalmente, dos processos de urbanização e liberalização econômica pelos quais a Índia é submetida. Essas novas questões se tornam principalmente relevantes para uma classe média urbana em ascensão. No entanto, a despeito dessa centralidade assumida pela cidade como espaço de produção e negociação de demandas políticas, e de seus novos atores e movimentos,

cuja articulação se dá cada vez mais em escala nacional, a leitura que é feita das dinâmicas urbanas pelos partidos políticos e o governo ainda é bastante incipiente. De maneira geral, estes ainda se pautam majoritariamente no endereçamento das questões rurais, uma vez que as vilas reúnem a maior parte dos eleitores. O grande problema que emerge desse descompasso entre as rápidas mudanças que ocorrem no nível urbano – e que impactam política, economia e cultura – e a atitude dos partidos e governos em relação a elas, está na incapacidade destes de compreenderem quais são as novas reivindicações e de que maneiras elas articulam novos espaços e subjetividades. (Fernandez, 2011)

Com isso, o Estado, apesar dos altos índices de crescimento econômico, não está sendo capaz de lidar com as implicações mais gerais desse processo de urbanização, pautando-se em leituras demasiado economicistas e centralizadas, pouco atentas às especificidades colocadas pelo urbano – as quais foram exploradas, neste *briefing paper*, a partir das dinâmicas que emergem da ascensão da direita hindu, dos partidos e movimentos das castas inferiores e pelas políticas de desenvolvimento colocadas em prática pelo Estado pós-independência<sup>13</sup>. As grandes decisões são tomadas no âmbito central, uma vez que não há

gestões metropolitanas, nem locais; e para tais questões, a posição do Estado está bastante defasada (Fernandez, 2011). Em 1993, a emenda constitucional 74 vem tentar regular a criação de áreas metropolitanas para todas as cidades com mais de 10 lakhs (ou 1 milhão de pessoas), e reformular as estruturas burocrático-administrativas para as cidades. Entretanto, com a exceção de Calcutá, Mumbai e Déli, na grande maioria dos casos as políticas para a cidade são pensadas isoladamente<sup>14</sup>.

O Relatório do McKinsey Global Institute (2010) mostra a questão da governança dos centros metropolitanos

como um dos principais desafios a ser enfrentado pelo país durante o acelerado processo de urbanização pelo qual ele passa. Segundo o Relatório, o número de cidades que possuem autoridades metropolitanas em funcionamento é ainda irrisório – o que se torna cada vez mais alarmante devido à rápida ampliação das cidades para além dos limites municipais – e a resiliência de departamentos arcaicos e burocráticos impede que os serviços sejam devidamente providos aos cidadãos. O Gráfico 3, abaixo, fornecido pelo Relatório, ilustra essa lacuna no processo de administração urbana da Índia.

Gráfico 3

**Índia faz parte de um pequeno número de países que não elegeu representante para o setor executivo para suas grandes áreas metropolitanas**



Fonte: [www.citymayors.com](http://www.citymayors.com); McKinsey Global Institute analysis

No âmbito do sistema eleitoral indiano, somente dois partidos possuem representação nacional – Partido do Congresso e BJP –, sendo os únicos capazes de articular esse olhar mais coletivo sobre a sociedade indiana. Entretanto, a política indiana se estabelece majoritariamente pelos partidos regionais, com preocupações bem mais específicas. Contam-se, hoje, cerca de 200 partidos que fazem parte do governo e têm representação no parlamento, com capacidade bastante reduzida de estabelecer qualquer identidade capaz de negociar os múltiplos interesses regionais. Após as eleições de 2004, na ausência de um partido com maioria eleita, o Partido do Congresso articulou a *United Progressive Alliance* (UPA), uma coalizão de partidos de centro-esquerda que busca estabelecer as diretrizes do poder político na Índia e meio a um sistema fragmentado.

Sendo assim, as dinâmicas supra-analisadas permitem que se aponte para alguns avanços produzidos pelas transformações políticas que liberalizaram e urbanizaram a Índia a partir dos anos 1990, com relação à ampliação da democracia e o crescimento econômico impulsionado pelas cidades; elas apontam, igualmente, para a série de limites e desafios que devem ser enfrentados pelo governo indiano de maneira a

garantir a sedimentação das vitórias já alcançadas. Nesse contexto, argumenta-se a favor do desenvolvimento de um olhar mais robusto acerca das dinâmicas urbanas que transformaram e continuam transformando sociedade, política e cultura indianas, sem o qual seu desenvolvimento econômico pode vir a não encontrar raízes sobre as quais se sustentar ao longo dos anos.

#### 4. Bibliografia

MENON, N.; NIGAM A. **Power and contestation**: India since 1989. Zed Books: New York, 2007

CHATTERJEE, P. **The politics of the governed**: reflections on popular politics in most of the world. Columbia University Press: New York, 2004

KAVIRAJ, S. A state of contradictions: the post-colonial state in India. In: KAJIRAV, S. **The imaginary institution of India**: Politics and Ideas. Columbia University Press: New York, 2010a

KAVIRAJ, S. **The trajectories of the Indian state**: politics and ideas. Permanent Black: Bangalore, 2010b

GOLDMAN SACHS. India's Rising Growth Potential. In: GOLDMAN SACHS. **BRICS and Beyond**, 2007. Disponível em: <<http://www2.goldmansachs.com/our-thinking/brics/brics-and-beyond-book-pdfs/brics-full-book.pdf>>

LUCE, E. **In spite of the gods**: the strange rise of modern India. Little, Brown Book Group: London, 2006

MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE. **India's Urban Awakening**: building inclusive cities, sustaining economic growth. Abril 2010. Disponível em: [http://www.mckinsey.com/mgi/reports/free\\_pass\\_pdfs/india\\_urbanization/MGI\\_india\\_urbanization\\_full\\_report.pdf](http://www.mckinsey.com/mgi/reports/free_pass_pdfs/india_urbanization/MGI_india_urbanization_full_report.pdf). Acesso em: 21 Novembro 2011

RODRIGUEZ, Maria Elena. **Entrevista concedida ao BRICS Policy Center** - Núcleo de Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade. Rio de Janeiro, 21 ago. 2011.

---

<sup>1</sup>De acordo com a Goldman Sachs (2007, p. 11), "*reforms beginning in 1991 gradually removed obstacles to economic freedom, and India has begun to play catch-up, steadily re-integrating into the global economy.*" Em 2003, a Índia tornou-se um dos países com maior crescimento econômico, levando ao aumento da renda per capita e à ampliação das demandas por integração na economia global. Esse quadro é o que justifica, segundo o grupo, não só um questionamento sobre as implicações de tal inserção, como também sobre a capacidade do país de sustentar esse crescimento.

O Relatório do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (2009) afirma, ainda, que a taxa de crescimento da Índia foi de 8% durante os anos 2007-2008, o que estaria diretamente relacionado à urbanização – com as cidades contribuindo com cerca de 55% do PIB e sendo reconhecidas como componente central do crescimento econômico.

<sup>2</sup> Segundo Kajirav (2010b), durante o breve período do governo da Emergência (*the Emergency*), liderado por Indira Gandhi, em 1975-1977, o modelo de desenvolvimento

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **India**: Urban Poverty Report 2009. Factsheet. Disponível em: <http://www.undp.org.in/sites/default/files/fact-INDIA-URBAN-POVERTY-REPORT-2009.pdf>. Acesso em 21 Novembro 2011

---

brasileiro – *the brazilian path* –, voltado para a liberalização das políticas econômicas e consequente afastamento do desenvolvimento planejado, foi pela primeira vez exaltado no contexto político indiano como forma de prover soluções aos problemas econômicos. Argumentos em favor dessas políticas liberalizantes e voltadas ao mercado caíam em esquecimento no período subsequente, sendo retomados no final dos anos 1980 com Rajiv Gandhi e tornando-se o centro das políticas indianas a partir da década de 1990.

<sup>3</sup> Diante da política de não alinhamento assumida pela Índia durante o governo do Congresso, que leva os Estados Unidos a olharem com extrema desconfiança para o desenvolvimento econômico indiano, a União Soviética passa a financiar e apoiar as políticas econômicas da Índia, gerando uma aproximação entre os países. A queda da URSS, nesse sentido, produz um impacto ideológico e econômico na Índia, que certamente influenciam a transformação de sua política após 1989.

<sup>4</sup> O Partido do Congresso estabelece uma hegemonia eleitoral na Índia que dura desde a independência indiana, em 1947, até 1989. A única exceção acontece durante o breve período entre 1977-1979, em que o país foi governado pelo Janata



Party após a derrubada de Indira Gandhi e do governo da Emergência.

<sup>5</sup> A Frente Nacional é uma coalizão de partidos políticos que assume o governo da Índia entre 1989-1990, após a queda do governo de Rajiv Gandhi, pelo Partido do Congresso.

<sup>6</sup> A Comissão Mandal foi estabelecida em 1979, durante o governo do Primeiro Ministro do BJP, Morarji Desai (primeiro indiano a ocupar o cargo sem pertencer ao Partido do Congresso). Seu objetivo era analisar as políticas de ação afirmativa destinadas às Castas e Tribos Repertoriadas, realizadas com o propósito de reparar as discriminações acumuladas historicamente sob o sistema de castas. Em termos históricos, a Comissão Mandal faz parte do movimento de justiça social da Índia pós-independência.

<sup>7</sup> O McKinsey Global Institute disponibiliza um mapa interativo a partir do qual é possível visualizar a enorme transformação urbana prevista para a Índia até o ano de 2030 (cadastro gratuito para acesso). De acordo com as estimativas, a população urbana na Índia passará de 340 milhões de pessoas (dados de 2008) para 590 milhões de pessoas em 2030. Nesse mesmo mapa é possível visualizar os principais desafios desse processo, bem como os riscos da Índia não agir de forma correspondente aos desafios colocados. Para visualização o mapa, acessar: [https://www.mckinseyquarterly.com/wrapper.aspx?ar=2640&story=true&url=http%3a%2f%2fwww.mckinseyquarterly.com%2fIndia\\_s\\_urbanization\\_A\\_closer\\_look\\_2640%3fpa\\_genum%3d1%23interactive&pgn=inba10\\_exhibit](https://www.mckinseyquarterly.com/wrapper.aspx?ar=2640&story=true&url=http%3a%2f%2fwww.mckinseyquarterly.com%2fIndia_s_urbanization_A_closer_look_2640%3fpa_genum%3d1%23interactive&pgn=inba10_exhibit).

<sup>8</sup> Ao falar de uma governamentalização da política no contexto indiano, Kajirav (2010b) sugere uma alteração nas prioridades do Estado moderno, que passam a refletir menos uma preocupação com a preservação do território frente a ameaças externas, e se traduzem na crescente multiplicação das funções internas do Estado, mais envolvido com as questões de sua própria sociedade do que com outros Estados. Nesse sentido, o autor afirma: *“through taxation, finance, social engineering, the manifold tasks of the modern bureaucracy, the state became an agency primarily concerned with the most fundamental arrangements of its own society. In another way of speaking, it*

*became the primary agency of reflexive social action: and this became its predominant function. Thus political groups try to lay hold of the state-not because they want to fight intruders or conquer territories, but because they intend urgently to do things to their own society.”* (Kajirav, 2010b, p.11)

<sup>9</sup> As noções de direita e esquerda polarizam em grande medida a política indiana, apresentando-se em uma miríade de disputas políticas que emergem a partir dos anos 1990 – as quais, todavia, escapam ao escopo deste *briefing paper*. Para os objetivos deste último, faz-se um uso amplo desta terminologia (ainda que ela encontre referência em utilizações mais sistemáticas dos termos, feitas pelos autores que compõem esta bibliografia), para indicar, por um lado, que a emergência do movimento hindu nesse cenário é lido como estando atrelado a uma ideologia de direita (e alguns autores chegam mesmo a falar em uma extrema-direita, em alusão às ideologias de pureza racial que marcaram o imaginário político de meados do século XX); por outro lado, trata-se de apontar para a existência de um movimento que se chama de esquerda (como a Frente de Esquerda, por exemplo, liderada pelo CPI(M) – *Communist Party of India (Marxist)*), que também compõe parte da cena política do pós-1990, e que concentra uma série de diferentes partidos e demandas que emergem nesse cenário. Para um uso mais sistemático desses conceitos, ver Menon e Nigam (2007). Os autores também introduzem uma discussão cuidadosa sobre a diferença entre a Velha e a Nova Esquerda no contexto político indiano (capítulo 5).

<sup>10</sup> De acordo com Partha Chatterjee (2004), a sociedade política é formada pela população, que emerge na Índia já no final da década de 1970, e que encontra sua voz no espaço ambíguo que ocupa frente essa abertura democrática; a sociedade civil, por outro lado, seria composta por cidadãos enquadrados nos termos da lei e capazes de negociar suas demandas a partir destes.

<sup>11</sup> De acordo com Rodriguez (2011), estima-se que existam hoje na Índia cerca de 14.000 castas.

<sup>12</sup> Um exemplo bastante significativo dessa postura pode ser encontrado com relação ao Projeto Narmada Valley, maior projeto



indiano para o vale do Rio Narmada, que previa a construção de milhares de represas de diferentes tamanhos no vale do rio Narmada. Uma única represa desse projeto, a Sardar Sarovar (ainda inconclusa), tem um custo estimado maior do que a quantia total gasta com irrigação na Índia desde a independência. Várias vilas e cidadelas foram submersas nesse processo, e até hoje o número de reassentamentos levados a cabo é irrisório. (Menon e Nigam, 2007)

<sup>13</sup> Não se está sugerindo, com isso, que as especificidades do urbano na Índia possam ser resumidas nesses três eixos explorados pelo trabalho. O que este revela, todavia, é a presença de significativas transformações na política indiana a partir dos anos 1990, as quais são amplamente relacionadas às dinâmicas de liberalização econômica e modernização urbana que começaram a se desenhar nesse contexto. O que o *paper* sugere são três eixos de análise desse processo, sem os quais, argumenta-se, não é possível compreender as mudanças econômicas, políticas e sociais que marcam a Índia hoje.

<sup>14</sup> Segundo Rodriguez (2011), o problema das políticas urbanas serem pensadas isoladamente é ainda maior frente às estimativas de que, em 2030, cerca de 60 cidades indianas ultrapassarão um milhão de habitantes.